



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XI — N.º 121 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6249

DEMOCRATAS PORTUGUESES DEFINEM A SUA POSIÇÃO

Publicamos abaixo os dois importantes documentos a que se refere o nosso editorial. O primeiro deles intitula-se "Carta Aberta aos Signatários do Documento A ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICA".

A POSIÇÃO DE RUY GOMES E DE JOSÉ MORGADO

Esse documento é do seguinte teor:

Acabámos de ler o documento, datado de 12 de junho, em que a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL define a sua posição perante a situação económica portuguesa.

Entre os signatários, estão alguns democratas que participam activamente em movimentos de unidade contra o fascismo e, por isso mesmo, lhes afirmamos mais uma vez a nossa solidariedade na luta pela Democracia.

Entendemos, porém, que o presente documento não contribui, de modo algum, para fortalecer a Oposição ao Estado Novo, não é, de facto, um documento de unidade.

Com efeito, vejamos o que nele se diz com respeito aos seguintes pontos:

1. Posição em face do colonialismo;
2. Posição em face do imperialismo;
3. Posição em face da estrutura económico-social da Sociedade Portuguesa.

Limitamos a nossa análise a estes três pontos que são sem dúvida fundamentais para sinalizar qualquer agrupamento político português frente ao fascismo.

1. Posição em face do colonialismo

Em nenhum passo do documento se condena a guerra colonial movida pelo Estado Novo contra os Povos da Guiné, Angola e Moçambique.

Em nenhum passo do documento se defende a independência das Colónias.

Pelo contrário, as lutas pela independência dos Povos da Guiné, Angola e Moçambique são reduzidas a meras manifestações de terrorismo, afirmando-se, por exemplo, o seguinte:

"Acrescente-se que nessa fase primeira do nosso esforço sistemático planeador, mal se esboçara ainda o fenómeno temeroso do terrorismo angolano".

Esta é a maneira típica de a imprensa reaccionária de todo o mundo se referir aos movimentos de libertação nacional.

Noutro passo do documento, e a propósito da emigração em massa que se está processando, afirma-se:

"Muitos — os inveterados otimistas doublés de crentes em milagreiros — não-de pensar que, com algo de habilidade e ousadia, essas correntes emigratórias podiam ser canalizadas

(Continua na pág. 4)



A Revolução não se faz dialogando com o inimigo, faz-se contra o inimigo. Não será temendo as massas que os democratas portugueses derrubarão o fascismo. É o povo quem leva as Revoluções à vitória, como o mostraram os republicanos na jornada inesquecível de 5 de Outubro de 1910 (clichê).

FALANDO CLARO!

Publica esta edição de "Portugal Democrático" dois importantes documentos para os quais chamamos de modo particular a atenção dos leitores de Portugal e dos núcleos da emigração democrática espalhados pelo mundo. Foi uma carta da Acção Democrato-Social ao "presidente" Américo Tomás que motivou o primeiro deles, subscrito pelos professores Ruy Luís Gomes e José Morgado. Mas podia ter sido provocado por qualquer outra iniciativa congénere de personalidades ou grupos que em Portugal insistem em alimentar ilusões legalistas, apegando-se a um diálogo superado com o regime.

A definição de posição dos dois destacados democratas não é apenas oportuna: surge como a tradução de uma necessidade inadiável. Isso explica a repercussão ampla que alcançou imediatamente entre a emigração democrática e explica também que esta tenha, por sua vez, em São Paulo e no Rio de Janeiro, fixado a sua posição perante alguns dos problemas mais actuais da conjuntura nacional. Como tudo o que ocorre em Portugal se reflecte na emigração, a unanimidade em torno de uma posição tão clara e precisa não seria possível. Assim, uma ou outra individualidade, por motivos aliás expostos com indiscutível franqueza, num clima de compreensão, escusou-se a dar a sua adesão, muito embora manifestando-se de acordo com a essência e o espírito do texto. Isso em nada diminui o significado da iniciativa. A esmagadora maioria dos democratas portugueses que no Brasil participam directa e cotidianamente da luta contra o fascismo subscreveu o documento. Esse fato, esperamos-lo, não deixará de ser motivo de reflexão para aqueles

que em Portugal persistem em acreditar em soluções pacíficas e em compromissos impossíveis. Não aprovamos esses anti-salazaristas e condenamos toda e qualquer movimentação política que envolva o diálogo com o adversário. A velhice de Salazar é uma fonte de perigosas ilusões. Os generais e os ministros do ditador são peças da mesma engrenagem fascista. Não se trata de disputar uma herança, mas de destruir toda a estrutura criminosa do Estado fascista. Ora esse objetivo é incompatível com as atitudes assumidas por determinadas personalidades e correntes políticas que, na esperança mirífica de que o poder lhes caia do alto nas mãos, preferem estamotear os problemas fundamentais da Nação, simulando ignorar a sua existência.

"Portugal Democrático" empresta a mais irrestricta solidariedade à tomada de posição dos profs. Ruy Luís Gomes e José Morgado e bem assim à dos democratas de São Paulo, e do Rio, consequência directa da primeira. Nenhum debate em torno da situação nacional poderá ganhar profundidade e autenticidade se dele forem excluídos temas como a DOMINAÇÃO IMPERIALISTA, a GUERRA COLONIAL e a ESTRUTURA MONOPOLISTA que asfixia a nação. E, do mesmo modo, reafirma este jornal a sua convicção inabalável de que só há uma estratégia válida para o derrubamento do fascismo: a que desemboca no LEVANTAMENTO NACIONAL!

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Sobre Alguns Aspectos da Situação Política Nacional

(CONCLUSÃO)

Inserimos abaixo a última parte do resumo do trabalho do nosso companheiro Miguel Urbano Rodrigues que temos vindo a publicar sob o título acima.

“Que esperam os partidários da conciliação dos generais e dos coroneis que são zelosos servidores do fascismo se têm mostrado? Porventura lhes passa pela cabeça que esses oficiais, se a marcha dos acontecimentos os colocasse na posição de árbitros, assistiriam de braços cruzados a execução de uma política progressista? O Corpo de Oficiais teme, acima de tudo, as massas trabalhadoras. Fará concessões de superfície e aceitará compromissos para os trair na primeira oportunidade — mas nunca uma política que, através da promoção económica e cultural do proletariado, da pequena burguesia e das massas rurais, atente contra privilégios de classe e contra o domínio dos monopólios. As plataformas políticas dos democratas conciliadores que nos falam de reforma agrária, de extinção das actividades espoliativas do capital monopolista nacional e estrangeiro, que nos acenam com soluções vagas para o problema das bases estrangeiras e da guerra colonial, que nos prometem uma Revolução profunda, enfermam assim de uma terrível, de uma insanável deficiência: a sua gratuidade. Os aliados ocasionais em que tais democratas pensam para chegarem ao poder nunca se submeteriam a semelhantes exigências. Concordarem com elas equivaleria a condenarem-se a si mesmos, a colaborarem no funeral do actual Exército Português.

Pode-se argumentar que o Exército existe e há sempre que contar com ele no desfecho do processo político em evolução. São contudo diametralmente diferentes quanto aos seus desdobramentos eventuais as situações previstas. Uma, quer dizer a colocada pela hipótese (improbabilíssima) de Salazar ser derrubado por um PUTSCH militar ou a decorrente de uma simples aliança (menos improvável) post-desaparecimento de Salazar, entre o Exército e forças democráticas de alguma expressão, configuraria uma conjuntura totalmente negativa. Outra, isto é a decorrente do derrubamento de Salazar por um levantamento nacional ou a situação em que o súbito desaparecimento do ditador deixasse os dois campos bem definidos — as forças democráticas (na sua quase totalidade) de um lado e o Estado fascista e os altos comandos militares do outro — rasgaria no horizonte uma perspectiva francamente esperançosa.

PERSPECTIVAS

É indubitável que, por todos os motivos, e principalmente pelas consequências altamente benéficas que as vitórias dêse tipo trazem aos povos que as alcançam, os elementos revolucionários mais esclarecidos não se pouparam a esforços para que o fascismo caia o mais breve possível sob os golpes de um levantamento nacional. Mas não é menos verdade que a deflagração de um movimento dessa amplitude não pode ser prevista de modo preciso. Não tem dia e hora marcados. O seu processo de amadurecimento é

comparável ao de um fruto em que o sol, a chuva, o calor e o frio são pelo menos tão importantes como a intervenção do homem na sua faina de agricultor. Seria portanto imperdoável que os democratas responsáveis não previssem todas as eventualidades que podem vir a enfrentar. Entre elas uma das mais melancólicas, mas não das menos prováveis, é efectivamente a morte súbita de Salazar. Os fascistas não serão colhidos de surpresa se tal acontecer, embora saibam perfeitamente que as contradições internas do regime os impedirão de apresentar uma frente unida e sem fissuras.

Do lado dos que se batem pela destruição do regime, o debate em torno do problema não alcançou ainda a profundidade necessária. É o que nos recorda Manuel Sertório num lúcido trabalho no qual aquele membro da Junta Revolucionária Portuguesa da FPLN chama a atenção para a importância capital do trabalho de esclarecimento a realizar e das tarefas a levar a cabo, de modo a que os anti-fascistas portugueses estejam aptos a enfrentar vitoriosamente todas as situações possíveis e a explorá-las em benefício do povo português, no caso de Salazar desaparecer repentinamente ou ficar incapacitado.

PELA DESTRUIÇÃO DO ESTADO FASCISTA!

Um governo que sirva os interesses do povo só poderá ser um governo saído de uma revolução democrática e nacional de que participem representantes de todas as forças anti-fascistas. Nenhum outro governo terá condições para destruir o Estado fascista, para liquidar o poder dos monopólios, para realizar a reforma agrária, para promover o desenvolvimento económico e a industrialização do País, para estabelecer a Paz em África e assegurar aos povos das colónias o direito a imediata independência, para libertar Portugal do imperialismo e lançar as bases de uma política de amizade com todos os povos.

Uma mudança de alguns homens nada resolveria. Interesaria apenas aos detentores dos privilégios que urge eliminar. O tão falado governo de “União Nacional”, com a participação e o apoio de um Exército que tem sido o instrumento de sustentação do Estado fascista seria uma “solução” que deixaria intacta a estrutura do regime. O povo português repudia-a. Há democratas que, contaminados pelo ambiente, tendem a esquecer que não são as chamadas “elites culturais” que devem decidir do futuro do País, mas o povo no seu conjunto. Fernando Piteira Santos recordou em artigo recente que os estudantes são um segmento da juventude, mas que, ao lado deles, há outra juventude que não pode ser esquecida: a que trabalha e luta nos campos e nas fábricas, os jovens de todas as classes oprimidas, sem acesso à instrução. E o que é verdade em relação à juventude o é também em relação aos homens de todas as idades. O isolamento do povo em que muitos democratas vivem em Portugal, se os não leva a esquecer a exploração de que as massas são vítimas e a catástrofe nacional daí

MIGUEL URBANO RODRIGUES

decorrente, ajuda a explicar, pelo menos, a tendência de certos intelectuais anti-fascistas para não tomarem em conta uma velha evidência: as cúpulas não fazem revoluções; são as massas que as levam a cabo. Os entendimentos de alto nível, as confabulações com militares só servem ao inimigo comum.

Saber esperar não significa cruzar os braços. O levantamento nacional, já o salientamos, não tem data no calendário. Mas as massas trabalhadoras, com as suas pequenas e grandes lutas reivindicativas e os soldados e os marinheiros com a sua resistência crescente à guerra contribuem diariamente, heroicamente, para a criação das condições que o tornam possível. Fizessem todos os democratas responsáveis o mesmo, ajudando a forjar uma unidade actuante, uma unidade de combate — e a insurreição, que tão inviável lhes parece, teria irrompido há muito. Não será temendo o confronto dos extremismos ideológicos que poderão bater o fascismo. Que nos desculpem os nossos companheiros anti-fascistas empolgados por sonhos golpistas, mas não aceitamos como definitiva a sua descrença no levantamento nacional. Não acreditamos que troquem o povo pelos generais. Mais do que nunca, na hora que passa, todo o anti-fascista lúcido não deve temer, mas sim desejar, o confronto entre as forças populares e a oligarquia monopolista, policial e colonialista que oprime Portugal.

É um absurdo prometer a Revolução a partir da negação dela. O povo português, dirigido na luta pelos seus elementos de vanguarda — a classe operária, os camponeses sem terra, os estudantes, os intelectuais progressistas e os soldados e marinheiros revolucionários — recusa-se a aceitar a distinção subtil entre dois fascismos. O fascismo é um só. E Salazar está vivo e bem vivo! O Estado fascista e o Exército fascista podem e devem ser destruídos. E sê-lo-ão!

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Um crime que não deve ser esquecido

FERNANDO PITEIRA SANTOS

A vida de Alfredo da Assunção Dinis foi ceifada, a tiro, pelos criminosos da PIDE, na manhã de 4 de Julho de 1945.

Quem era este homem que os agentes da PIDE, que os assassinos defensores da “Ordem fascista”, esperavam para prender, esperavam para assassinar, naquela manhã de Julho de 1945? Quem era aquele homem que vencia quilómetros montado na sua bicicleta, pedalando ao ritmo dos seus pensamentos, com pressa de chegar e de viver? Quem era aquele homem que trazia consigo a força e o entusiasmo de uma confiança invencível num futuro feito de alvoradas luminosas para todos os homens?

Alfredo da Assunção Dinis era um revolucionário.

Foi longo e duro o caminho que Alfredo da Assunção Dinis percorreu. Menino pobre filho de pais pobres, filho de gente da aldeia perdida na cidade tentaculosa e fechada aos pobres. Conheceu a miséria, as ruas, a fome, as aventuras do rapazão à solta, desprotegido e abandonado. Desde criança foi obrigado, para comer, para viver, a aceitar e pedir trabalhos de acaso, trabalhos vis e esmolados. Vinha da escola e esfregava o chão da casa de uma senhora vizinha por uma sopa ou por um pedaço de pão. Vadiou pelos cais. Pescador da doca nas horas vazias. Nas docas, com a melta brava de Santo Amaro e de Alcantara, aprendeu a nadar. Andou na picança, gaiolo dos seus treze ou catorze anos. E de fato de zuarte, fardado de proletário, lá andou de oficina em oficina, fazendo a sua aprendizagem profissional e a sua escola de classe. De aprendiz de operário a militante operário, não havia mais do que dar um passo. Nasceria de um certo lado da trincheira. Deu o passo naturalmente. Preso, julgado, condenado, cumpriu dois anos de prisão em Caxias e Peniche. Ai frequentou outras aulas de classe e confrontou com a sua outras experiências. Estudou. Leu tudo o que lhe foi parar às mãos. Conheceu intelectuais que tinham feito um caminho mais longo para chegar às mesmas conclusões.

E quando regressou à liberdade, operário de dia, estudante da escola técnica à noite, Alfredo Dinis, integrou-se logo na actividade reivindicativa e política da classe operária. Operário-traçador nos “Estaleiros Parry-Son”, Alfredo da Assunção Dinis esteve sempre à frente dos movimentos reivindicativos dos trabalhadores da empresa naquela época, foi um

animador, um organizador e um dirigente das greves de Novembro-Dezembro de 1942.

A PIDE rondava-lhe a porta, espiava-lhe os passos. Alfredo Dinis não se deixou prender. Passou a fazer uma vida clandestina. E deu então, como militante operário, a medida exacta do seu talento de organizador e da sua capacidade política.

Dotado de uma energia extraordinária, de uma confiança contagiante no povo, inteligente, estudioso, perseverante, o militante operário formado em grandes empresas industriais, soube encontrar a linguagem para se exprimir junto dos camponeses. No Ribatejo, na Estremadura, na margem sul do Tejo, no Alentejo-Litoral, de Santarém a Torres Vedras, do Barreiro e de Almada a Setúbal e Grândola, o desenvolvimento do movimento operário e do espírito de unidade anti-fascista ficou marcado pelo seu trabalho, pela sua passagem.

Apesar de um dos fundadores do socialismo português ter nascido no Ribatejo, não foi com Azedo Gneco que a zona industrial que de Sacavém alcança Vila Franca, e tem como núcleos operários mais importantes a Povoia, Alverca e Alhandra aprendeu que os operários tinham direitos e que os operários e os camponeses eram aliados naturais. De terra em terra, de fábrica em fábrica, a casa de operário e a casa de camponês, Alfredo Dinis levava, com o seu sorriso largo, palavras firmes, certezas no futuro. Missionário laico de uma verdade com raízes na terra dos homens, expondo-se sem dúvida, arriscando-se sem dúvida, Alfredo Dinis deu-se inteiramente, conscientemente, à tarefa que aceitara, que escolhera. Em 1944, no mês de Maio, de mãos dadas, os operários e os camponeses do Ribatejo marcham unidos, protestam unidos.

Alfredo Dinis descreveu este movimento em páginas apressadas mas nas quais se revelava um observador arguto do povo em movimento. Que será feito das páginas que Alfredo Dinis escreveu sobre a “Aliança anti-fascista dos operários e dos camponeses?”

E quando uma brigada da PIDE pôs termo a tiro, na manhã de 4 de Julho de 1945, à vida de ALEX — este era o nome de combate que adoptara — sabia que o crime odioso cortava a carreira do militante que seria, que era já, uma das grandes figuras do movimento operário português.

O movimento operário faz
(Continua na pág. 7)



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telefónico: — “CAMBRONNE”

SÃO PAULO

Nolas e comentários

O CAVALO DE TRÓIA

De fontes brasileiras, normalmente bem informadas sobre este género de negócios, tivemos conhecimento de que a empresa norte-americana Time-Life se acha em negociações para compra da casa editora Bertrand, de Lisboa, uma das mais fortes e importantes organizações portuguesas ligadas ao comércio do livro. A Bertrand, que desempenhou papel de relevo na história da edição em língua portuguesa, tendo sido a editora de praticamente toda a obra de Aquilino Ribeiro e de alguns escritores que figuram entre os melhores da nova geração, como Urbano Tavares Rodrigues e Augusto Abelaira, embora tradicionalmente ligada à França, desde os seus fundadores até aos atuais proprietários, estaria assim prestes a passar de armas e bagagens para o campo do imperialismo americano. O negócio em curso apresenta implicações que o tornam digno da atenção e da vigilância não só dos democratas portugueses, pois acha-se em jogo a alienação de um dos aspectos fundamentais da nossa cultura — a posse dos meios de edição — mas também dos nossos amigos brasileiros, como veremos.

É sabido que a entrada de Time-Life no mercado do Brasil, pela porta do jornalismo e da radiotelevisão, provocou tal movimento de repulsa em todo o país que a empresa norte-americana se sentiu impedida, graças à força da opinião pública, de se assenhorear das posições que pretendia no campo editorial. A imprensa patriótica deste país, assim como as duas casas do Congresso, manifestaram-se veementemente contra a apropriação pelos americanos de posições-chave para a cultura brasileira, com desprezo por tôdas as normas constitucionais. Derrotada parcialmente nas suas pretensões, a Time-Life encontrou, porém, outro caminho para entrar no Brasil, e esse caminho passa por Lisboa. Só assim se pode compreender o interesse manifestado pelo acervo da Bertrand, por uma potência económico-internacional de tal porte. Na verdade, o mercado do livro no nosso país é tão pequeno que não justificaria o negócio que estamos comentando. Se considerarmos, porém, que o livro português entra livremente no Brasil, perceberemos a manobra: a Bertrand será o cavalo de Tróia no ataque à edição brasileira livre.

É necessário portanto denunciar desde já esta operação que

é lesiva para os interesses da cultura portuguesa dos dois lados do Atlântico. Ela mostra a razão que nos assistia quando, na devida altura, chamamos a atenção para os aspectos negativos, em relação a Portugal e ao Brasil, dos acordos culturais concluídos entre os governos dos dois países. Enquanto Portugal estiver dominado pelo fascismo, qualquer cooperação é impossível. Ela só pode servir para acobertar legalmente manobras escusas como a que estamos denunciando.

OS E.U.A. ARRANCAM A MÁSCARA

Segundo uma informação do correspondente do jornal "O Estado de S. Paulo" em Lisboa, elemento muito ligado à esferas oficiais, uma esquadra americana deverá visitar brevemente vários portos de Angola e Moçambique.

A notícia, para quem acompanha de perto a estratégia do Pentágono e a sinuosa acção diplomática do Departamento de Estado não é de molde a causar surpresa. Mas, de qualquer modo, a confirmar-se a anunciada "visita de cortesia" da US Navy aos portos das colónias portuguesas, uma tal iniciativa ficará a assinalar uma revisão de certas teses básicas da política africana dos Estados Unidos. O apoio dos monopólios norte-americanos ao colonialismo fascista português foi sempre uma realidade. A atitude do governo de Washington em face do problema caracterizou-se entretanto desde 1961 por uma grande cautela e por uma hipocrisia acentuada. Embora sustentando Salazar nos bastidores, facilitando-lhe inclusive a utilização do armamento da NATO, e estimulando o financiamento da guerra através dos monopólios ianques implantados em África, Johnson vinha-se esforçando por manter uma fachada de neutralidade ante o conflito que opõe os povos de Angola de Moçambique e da Guiné-Bissau ao colonialismo fascista português. Essa política hipócrita encontrou a sua expressão nas atitudes assumidas pelos EU na assembleia geral da ONU e no Conselho de Segurança sempre que a questão colonial foi tema de debates. Sem ousar condenar abertamente o colonialismo, Washington não levantou também um dedo para defender as posições salazaristas, o que lhe valeu, por mais de uma vez, as diatribes da imprensa de Lisboa. A abstenção dos EUA foi quase sempre a regra nesses debates.

Os êxitos sucessivos que nos últimos dois anos vem alcançando em África, derrubando e substituindo governos a seu bel talante, e o reforço impressionante da poderosa infraestrutura monopolista de que dispõe no Continente, levaram agora o imperialismo norte-americano a pôr de lado a prudência de que vinha dando mostras e a agir com a sua costumelra arrogância. O envio de uma esquadra a Angola e Moçambique é um marco significativo do apoio à escalada salazarista. E é também um desafio lançado à África. Washington arranca a máscara por considerar desnecessários os disfarces. Vão longe os tempos em que Ken-

nedy fingia tratar de igual para igual as pequenas republicas africanas e simulava uma grande frieza nas relações com Pretória e Lisboa. Da chamada África revolucionária restam a Argélia, o Mali, a Guiné, Tanzânia e o Congo-Brasavile. Johnson não espera conquistar os seus dirigentes com sorrisos ou com dólares. E nos demais países tem carta branca. Por isso mostra o seu jogo. Seus melhores aliados são Salazar, Ian Smith e Vorster. E não o esconde.

Seria um erro subestimar o significado do envio da US Navy a Angola e Moçambique. A presença dos barcos e dos "marines" de Washington em Luanda e Lourenço Marques equivale a uma confissão tácita de que o Pentágono está disposto, se necessário, a estender à África a sua política de escalada no Sudeste Asiático. Devem pois preparar-se para todas as eventualidades os patriotas africanos em luta contra o aparelho militar-policial do fascismo português. A aliança até agora tácita existente entre o colonialismo salazarista e o imperialismo norte-americano tende a tornar-se oficial. A queda da máscara terá pelo menos um mérito: o de dissipar as últimas ilusões de certos elementos liberais da oposição que teimam em desconhecer as intenções reais de Washington no tocante ao problema português. Salazar e Johnson são aliados naturais, como o são os antifascistas portugueses e os nacionalistas africanos. A desproporção de forças é um fato. Mas quando um povo se bate pela sua liberdade não há poder material que o possa deter no seu combate. Os arréganhos do imperialismo norte-americano não enfraquecerão o espírito de luta nem dos democratas portugueses nem dos patriotas africanos.

GUERRA À GUERRA

No seu numero de Junho, o boletim "Passa Palavra", órgão dos militares da Frente Patriótica de Libertação Nacional, levanta novamente o problema da deserção. E fá-lo com lucidez, aclarando ainda mais uma questão que nos primeiros anos da guerra colonial suscitou controvérsia no seio das forças anti-fascistas. Homens como os alferes Moutinho de Padua e Moura Pimenta, como os soldados Pires e Amorim e os cabos Barracosa e Pinto Coelho e outros, mais recentemente, como Sacramento do Rio e Catarino, provaram com meridiana clareza que mesmo em pleno teatro de operações é possível desertar. O livro "Guerra em Angola", de Moutinho de Pádua, é a esse respeito, isto é no que concerne às dramáticas opções que se colocam, aos anti-fascistas mobilizados, um documento que todo o soldado e oficial devia ler. Hoje, tudo é mais fácil do que nessa altura. Mercê dos acordos assinados entre a FPLN e os movimentos nacionalistas (MPLA, PAIGC e FRELIMO) a deserção não oferece as dificuldades antigas. Efectivamente, agora todos os desertores são fraternalmente recebidos pelos movimentos a que se entregam e encaminhados depois para onde desejarem. Sabem, além do mais os militares que escolhem a deserção que a FPLN os recebe de braços abertos, como companheiros de luta, quando pretendem somar os seus esforços aos das forças que vêm combatendo o fascismo.

Lembra ainda "Passa Palavra" que há outras formas de lutar contra a guerra. A guerra

à guerra deve começar no ato de mobilização, prosseguir nos quartéis, prolongar-se no embarque e ter continuidade em África na recusa de cumprimento de ordens que atentam contra a própria dignidade da condição humana. A deserção, individual e colectiva, é apenas o corolário lógico de toda uma série de acções que vai desde o esclarecimento dos companheiros à sabotagem do material.

Guerra à guerra é a palavra de ordem para todos os jovens atirados para a fogueira africana.

A F.P.L.N. E A O.I.T.

Mais uma vez a Frente Patriótica de Libertação Nacional compareceu a uma Conferência da Organização Internacional do Trabalho a fim de protestar contra a presença da delegação oficial portuguesa e reclamar a expulsão dos falsos representantes dos trabalhadores portugueses e africanos. Desta vez tratava-se de 51.ª Conferência, cujos trabalhos decorreram em Genebra, em Junho.

Tal como em anos anteriores, a FPLN apresentou um memorial à Comissão de Verificação de Poderes do conclave, e esse documento foi apoiado por um pedido idêntico da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) e por uma iniciativa congénere da Federação Sindical Mundial (FSM).

A expulsão da delegação salazarista não foi ainda possível,

por questões regulamentares, mas o ambiente que durante a Conferência rodeou os representantes do fascismo foi de franca hostilidade, em contraste com a cordial acolhida dispensada aos elementos da FPLN. É significativo que a Comissão, apesar de constituída por delegados de três países da Europa Ocidental tradicionalmente infensos a esse tipo de iniciativas, tenha exprimido "sérias dúvidas" em relação "à situação sindical e geral existente em Portugal e mais particularmente em Angola e Moçambique". Por outro lado, a Comissão de Aplicação das Convenções e Recomendações, sob proposta do presidente da Confederação dos sindicatos Cristãos da Bélgica, decidiu incluir o Portugal de Salazar numa "lista especial" de países que desrespeitam as convenções da OIT. A proposta foi aprovada por 1.186 votos contra 859.

Os fatos que mencionamos valem por uma confirmação do acerto da iniciativa da FPLN. E dêsse modo, enfrentando o fascismo nas assembleias e conclaves internacionais, comparando para o desmascarar onde quer que se apresentem os seus representantes que a FPLN cumpre uma das tarefas mais importantes que incumbe ao movimento unitário anti-fascista no Exterior. Neste caso concreto, a expulsão da OIT dos falsos delegados dos trabalhadores portugueses, angolanos, moçambicanos e guineenses será, quando alcançada, uma grande vitória dos povos de Portugal e das nações africanas oprimidas pelo fascismo salazarista.

O Embaixador Alvaro Lins no 5 de Outubro

As comemorações do 57.º aniversário da Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910 assumirão este ano, em São Paulo, um significado especial pela expressão das personalidades que a elas comparecerão, prestigiando-as com a sua presença.

Deslocar-se-á expressamente do Rio de Janeiro a São Paulo, a fim de participar do jantar de confraternização do dia 5, o Embaixador Alvaro Lins, figura admirável como democrata, como intelectual e como homem, a quem o povo português dedica profunda gratidão pelo seu papel inesquecível no caso do asilo do general Humberto Delgado e por todas as suas tomadas de posição posteriores em defesa da causa da libertação de Portugal. O grande escritor falará em nome dos democratas brasileiros solidários com a luta anti-fascista da Nação portuguesa.

Outra alta individualidade que se deslocará também a São Paulo — se estiver no País — será o Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, dr. Hafid Keramane, a quem os democratas portugueses devem já inestimáveis serviços e a quem desejam manifestar o seu reconhecimento pela hospitalidade generosa e pela solidariedade actuante que o governo de Argel vem dispensando aos anti-fascistas portugueses.

Como em anos anteriores, as comemorações serão promovidas pelo Centro Republicano Português de São Paulo. O local do jantar de confraternização, será oportunamente anunciado.

Difusão Europeia do Livro

A EDITORA DOS MELHORES LANÇAMENTOS, ACABA DE ENTREGAR AO PÚBLICO LEDOR

NO FIM DA PICADA

a mais recente obra de PIERRE DANINOS, o famoso biógrafo do não menos célebre Major Thompson, numa tradução de António D'Elia.

Aos estudantes, em particular, recomendamos GUIA PRÁTICO DA TRADUÇÃO FRANCESA, de Paulo Rónai, e PRESENÇA DA LITERATURA PORTUGUESA — III, Romantismo-Realismo, do Prof. Massaud Moisés.

Pedidos:

DIFUSÃO EUROPEIA DO LIVRO
RUA BENTO FREITAS, 362 — 6.º ANDAR
SAO PAULO

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01.15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

A Posição dos Anti-Fascistas Portugueses do Brazil

(Continuação da pág. 1)

para as nossas províncias ultramarinas, com consequências por eles encaradas como desejáveis, em todas e quaisquer circunstâncias. Esquecem-se, porém, esses tais de que os emigrantes só podem ser absorvidos por zonas onde haja excesso de capitais e deficiência de mão de obra. Apenas com exagero de boa vontade se poderá imaginar realizada no Portugal de além-mar esta primeira premissa. A fixação de uma família em regime de colonização dirigida pelo Estado, como nos casos do Limpopo e do Cunene, exigiria o gasto de bastas centenas de contos. É certo que estes serão recuperáveis em larga escala, de modo que, se um esforço similar houvesse sido iniciado, digamos, ao fim da primeira década da situação, estaríamos agora a assistir à integral renovação dos capitais primitivamente investidos e à formação da bola de neve da colonização portuguesa. Perdeu-se, porém, essa magnífica oportunidade".

Este trecho significa:

a) Aprovação das medidas de colonização empreendidas pelo fascismo, fazendo-se apenas a restrição de que deviam ter começado mais cedo, para efeito de completar a ocupação económica de Angola.

b) Adopção da fraseologia fascista — nossas províncias ultramarinas, Portugal de além-mar, etc.

Em suma, a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL não só não repudia a política colonialista do Estado Novo, como até a defende, pois as únicas restrições que lhe faz são no sentido do lamentar que não tenha começado a sua aplicação antes da segunda guerra mundial.

2. Posição em face do imperialismo

Em nenhum passo do documento se condena a subordinação do governo do Estado Novo ao imperialismo norte-americano nem ao imperialismo alemão.

Pelo contrário, a política de dominação do imperialismo norte-americano, ainda em 1967, em plena guerra contra o Povo do Vietnam, após a intervenção militar em S. Domingos, e apesar de continuarem os Açores ocupados por tropas americanas 22 anos depois de terminada a segunda grande guerra, é apresentada como exemplo de ajuda generosa e bem intencionada.

Assim, afirma-se no documento:

"Quando, generosa e profusamente, Marshal punha os dólares norte-americanos ao serviço do mundo ocidental para o fazer escapar à sedução bolchevista, o Dr. Oliveira Salazar, com vão jeito de ricoço desdenhoso, pôs de banda a ideia de nossa comparticipação nesta generosidade bem intencionada, e, quando, muito mais tarde, as duras realidades, a que nenhum enfatuado governante conseguiu eximir-se em permanência, obrigaram a recorrer aos cofres norte-americanos, já estes não tinham a folgança inicial".

Quando ao imperialismo alemão, faz-se silêncio total sobre a ocupação da região de Beja por tropas nazistas alemãs. Re-

fere-se o facto de que, em consequência de grandes empréstimos alemães para a construção de linhas férreas em Angola, o minério angolano está "por assim dizer, hipotecado ao grupo da Krupp", mas tal facto não é condenado no documento nem se analisam as suas implicações políticas e económicas.

Quer dizer, pelo que se escreve naquele documento, a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL aceita a dominação imperialista na nossa Pátria e nas Colónias e só lamenta que o fascismo não se tenha servido mais cedo das decantadas benemerências do imperialismo norte-americano.

3. Posição em face da estrutura económico-social da Sociedade Portuguesa.

Em nenhum passo do documento intitulado a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICA há sequer alusão à necessidade de alterar a estrutura económico-social da Sociedade Portuguesa.

Ora um ponto em que os Democratas estão naturalmente de acordo é sobre a necessidade absoluta de se alterar a estrutura económico-social que produziu e tem aguentado o fascismo em Portugal; no que naturalmente divergem é na profundidade que deverão atingir tais alterações, tanto mais que, em última análise, elas dependerão das forças que derrubarem o fascismo.

Mas o documento não se limita a aceitar tacitamente a estrutura económico-social do Estado Novo. A ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL comporta-se em todo este documento como se fosse a expressão política de um sector adentro da classe economicamente dominante.

Na verdade, o que se faz neste documento é apontar alguns desacertos, erros e faltas de iniciativa da política económica do governo e atrasos na concretização dessa política — erros, desacertos e atrasos que os signatários lamentam. E, para remediá-los, até apresentam sugestões.

Assim, depois de transcreverem declarações de um ministro do Estado Novo, que também lamenta "as oscilações de uma política agrária que não primou pela certeza nem pela segurança", afirma-se no documento:

"Resumindo, os governos das quatro últimas décadas, segundo o modo de ver de um dos seus ministros de maior durabilidade, não se tem preocupado, grandemente, com o sector agrário da actividade nacional, e ainda agora, se não encontram as condições de definição para ele na programação cujos méritos se atrevam a enaltecer. Para não incorrer, a seu turno, no demérito desta inércia concepcional, a Acção Democrato-Social, firmada num direito que — repetimos — acaba de se transformar em imperativo dever, vem por este meio levar ao conhecimento do Chefe do Estado algumas sugestões que, em seu entender, seriam benéficas para a melhoria, do nosso condicionalismo agrário". E seguem-se realmente as sugestões que, no entender dos signatários, deveriam ser postas em prática pelo fascismo.

Ora, o que a Oposição tem a

fazer não é apontar erros, desacertos ou atrasos da política económica do fascismo; isso é mais ou menos feito pelos próprios fascistas. O que a Oposição tem a fazer é: **desmascarar a política económica do Estado Novo como a política da classe economicamente dominante, como a política dos monopólios nacionais e internacionais, como a política da espoliação do povo português e da subordinação ao imperialismo.**

NÃO SE TRATA DE APO-

TAR ERROS — TRATA-SE DE DENUNCIAR CRIMES!

Estas são as principais razões por que entendemos que este documento da ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL não contribui para fortalecer a Oposição ao Estado Novo — não é um documento de unidade.

Ora, é um dever de todos nós, Democratas, residentes em Portugal ou exilados, reforçar a Unidade da Oposição para o derrubamento do fascismo.

Esta Unidade exige que to-

dos nós tomemos posição clara:

**Contra o colonialismo
Contra o imperialismo
Contra a estrutura económico-social que tem sustentado o fascismo em Portugal.**

Todos sabemos que a **POLÍTICA FASCISTA É OBJECTIVAMENTE E JURIDICAMENTE CRIMINOSA.**

LUTEMOS UNIDOS CONTRA O FASCISMO!

Recife, 26 de julho de 1967.

a) Ruy Luis Gomes

José Morgado

Pelo Levantamento Nacional!

Ao tomarem conhecimento da iniciativa dos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado, anti-fascistas portugueses de São Paulo e do Rio de Janeiro não só se solidarizaram com a atitude dos dois eminentes mestres como delegaram numa comissão a tarefa de elaborar um documento que fixasse de modo preciso a posição da emigração democrática do Brasil perante a situação política nacional. Submetido a ampla discussão, esse documento unitário foi aprovado e assinado pela esmagadora maioria dos elementos democráticos que no Brasil participam de modo directo da luta contra o fascismo salazarista. Eis o seu conteúdo:

I. Uma iniciativa oportuna.

Os professores Ruy Luis Gomes e José Morgado acabam de tornar pública a sua posição sobre algumas das questões mais actuais da vida política portuguesa a propósito da divulgação em Portugal de um texto intitulado a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL e a SITUAÇÃO ECONÓMICA, no qual aquela entidade política, dirigindo-se ao "Presidente" Américo Tomás, se define perante alguns dos principais problemas que neste momento preocupam a Nação.

As observações e críticas dos dois destacados democratas merecem o irrestrito apoio dos anti-fascistas do Brasil, bem como a exortação final em prol de uma política de Unidade cimentada em torno de uma plataforma de luta que seja o denominador comum de todas as forças políticas dispostas a bater-se pelas aspirações fundamentais da Nação.

Gostariam os signatários de poder considerar o documento da Acção Democrato-Social como manifestação destoante num panorama geral em que todas as forças políticas, partidos, grupos e personalidades da Oposição se mantivessem coesos na defesa do fortalecimento de uma política unitária ao serviço de uma estratégia comum para o derrubamento do fascismo. Não é infelizmente o caso. Embora os progressos realizados tenham sido sensíveis e a unidade seja hoje um facto no âmbito estrito das forças mais responsáveis da Esquerda, como o demonstra a existência da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, a verdade lamentável é que não apenas a ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL, mas outras forças e tendências, emergentes na

geografia da Oposição, continuam a agir isoladamente no cenário político nacional, criando confusão, dúvidas e perplexidades entre amplas camadas do povo português. Três ou quatro documentos vindos a lume nos últimos meses, e cuja importância advem mais dos nomes que os subscrevem do que propriamente do seu conteúdo, reflectem o atraso do processo de unificação dos esforços de todos os anti-fascistas e a desorientação — que no-lo perdoem os nossos companheiros — que continua dominando muitos espíritos bem intencionados.

Não têm nem podiam ter os signatários a pretensão absurda de dar lições àqueles que vêm enfrentando o fascismo no seu próprio terreno, expondo-se a todas as consequências que essa opção corajosa envolve.

Quantos assinam este documento têm pelo contrário afirmado repetidamente que a direcção da luta das forças políticas portuguesas reside em Portugal. Mas não menos insistentemente têm proclamado a sua inabalável convicção de que só as acções unitárias de todas as forças políticas democráticas poderão levar à vitória o Povo Português no combate que trava pela Democracia. Ante a lentidão dos progressos realizados no sentido dessa UNIDADE tão desejada pela emigração política, e em face também de documentos e manobras tácticas que deixam transparecer a sobrevivência de ilusões legalistas e golpistas, sentem-se os signatários no indeclinável dever de se dirigirem aos seus companheiros anti-fascistas do Interior para definirem com clareza a sua posição perante a conjuntura nacional.

II. Uma política de traição nacional.

O fascismo está moribundo. Trata-se de um axioma que ninguém desconhece. A guerra colonial, uma política agrária voltada contra a população trabalhadora dos campos, a aventura da industrialização planeada em função do comércio externo, e, acima de tudo, a submissão completa ao imperialismo estrangeiro, levaram Portugal à beira de uma catástrofe sem precedentes na sua história.

A guerra colonial custará este ano ao povo mais de oito milhões de contos! Mas os 110.000 soldados e oficiais — a juventude portuguesa atirada para a

fogueira africana — que Salazar mantém nas três colónias não impedem os progressos constantes realizados pelos movimentos de libertação nacional em Moçambique, na Guiné-Bissau e em Angola. O apodrecimento da situação militar chegou a um ponto tal que até órgãos da imprensa internacional ligados aos grandes monopólios que financiam a guerra colonial, como o "Times", de Londres, e o "New York Times", de Nova York, reconhecem que a ditadura portuguesa se vai afundando cada vez mais no atoleiro africano. Metade da Guiné foi já libertada e o Norte de Moçambique está perdida para o colonialismo. Entretanto, forja-se em África uma geração de criminosos e, diariamente, aprofunda-se o fósso que já hoje separa as populações das três colónias da Nação portuguesa, o que compromete as relações futuras entre os dois campos. O único beneficiário dessa situação é o imperialismo estrangeiro, representado pelos gigantes monopólios que são os verdadeiros donos das colónias. A cascata dos investimentos prossegue, cada vez mais avassaladora, com os grandes impérios mineiros da África Central convictos de que urge reforçar as suas posições de domínio, pois assim as manterão mais facilmente após a derrota do colonialismo português.

A situação económica, objecto fundamental das preocupações da ACÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL, continua em acelerado processo de deterioração. Apavorados com a evolução da conjuntura, os capitalistas portugueses enviaram para o estrangeiro no último ano somas avaliadas em 14 milhões de contos. Esse pânico é justificado. Os déficits da balança comercial tornaram-se astronómicos. A situação é tão grave que, se as correntes turísticas, por qualquer motivo, sofressem uma quebra sensível de volume o regime entraria em bancarrota. É efectivamente com as divisas fornecidas pelo turismo e com os dinheiros da emigração que o fascismo consegue manter o equilíbrio difícil da balança de pagamentos. A nomeação do director da PIDE, major Silva Pais, para o cargo de Inspector Geral das Actividades Económicas, anuncia aliás uma verdadeira militarização do regime. Salazar prepara-se para as soluções desesperadas.

O domínio absorvente de toda

(Continua na pág. seg.)



Prof. Ruy Luís Gomes

dades fundamentais; a mais alta taxa de mortalidade infantil e de tuberculose da Europa; um povo sub-alimentado; o mais perfeito aparelho de terror policial da Europa; a menor percentagem de população universitária e a mais alta de condenados políticos.

III. As ilusões legalistas.

A milhares de quilómetros da Pátria, os signatários mais sensíveis do que as forças do Interior às reações da opinião pública internacional sobre o fenómeno fascista português, e completamente imunes à linguagem mistificadora da propaganda salazarista, consideram que é seu objectivo primordial ajudar a reforçar e a alargar a unidade de todos os anti-fascistas, sem discriminações de nenhuma espécie, e verberam por isso formal e publicamente quaisquer acções de carácter discriminatório e divisionista que enfraqueçam o campo Oposicionista.

Ante o panorama acima esboçado, entendem que a tarefa para a qual devem convergir na hora presente todos os esforços das forças democráticas é mais do que nunca o DERRUBAMENTO DO FASCISMO.

É obviamente às forças do Interior que compete definir a estratégia unitária que permita a rápida realização desse fim e adoptar a tática que melhor sirva de modo a que, através de acções legais, semi-legais e ilegais, sejam vibrados no adversário os golpes decisivos que o abatam. Mas, ante as divergências que a respeito têm vindo a público e que reflectem posições diferentes e por vezes incompatíveis sobre a questão fundamental da via a seguir para o derrubamento do regime, não podem os signatários eximir-se ao dever de declarar que a solução insurreccional lhes surge como a única viável.

O fascismo está, é certo, moribundo, mas é uma perigosa ilusão pensar que ele se desagregará num processo de autodestruição. Dessa ilusão participam, infelizmente, grupos e personalidades da Oposição democrática que fazem os seus planos para o futuro como se a queda de Salazar (ou a sua morte) estivesse iminente. Contam os que assim pensam receber o poder das próprias mãos dos elementos mais moderados da ditadura, através de entendimentos de cúpula, de compromissos palacianos com civis e militares ligados ao regime. Chegou-se ao absurdo de inventar uma expressão para designar essa fantasmática quinta-coluna, disposta a vender a herança de Salazar: "O fascismo de esquerda"!

Na prática, essas ilusões legalistas traduzem-se por uma visível preocupação dos elementos que a elas se apegam em não hostilizarem frontalmente o regime. Assim, nos documentos com que vários grupos e correntes têm procurado situar-se perante o momento nacional, os problemas mais candentes que se colocam à Nação são pura e simplesmente omitidos ou afluídos de maneira vaga e insatisfatória. Certos democratas, para não ferirem as susceptibilidades de futuros possíveis interlocutores, cavando abismos intransponíveis, passaram a desconhecer a existência da guerra colonial, das bases estrangeiras em território nacional, da política de venda deliberada das riquezas nacionais aos monopólios internacionais, das estruturas económico-sociais do fascismo, para citarmos apenas os exemplos mais flagrantes. Para alguns anti-salazaristas o que está em primeiro lugar é a habilidade para o diálogo, o ta-

lento para a negociação e o compromisso.

Acontece que a meta visada pelo povo português não é a substituição de Salazar, mas sim a DESTRUICÃO DO FASCISMO! E esta não se alcançará jamais em diálogos floridos e justas verbais com o adversário a abater. Tanto os "liberais" do Exército, como os Marcelos Caetanos e os Adrianos Moreiras não desejam outra coisa que não seja "o salazarismo sem Salazar". Morto ou desaparecido o ditador, admitiriam (para melhor manobrem no plano internacional) um simulacro de institucionalização democrática mas opor-se-iam frontalmente à liquidação das estruturas fascistas e à consequente democratização da vida nacional.

É o que, cegos à evidência, não querem compreender os partidários da conciliação, instrumentos mais ou menos inconscientes de uma política divisionista que enfraquece o campo das forças da Democracia. Continuam temendo o confronto violento entre o povo e a máquina repressiva do regime. Preferem elaborar planos em que a participação das massas populares é excluída. Nos seus esquemas, as cúpulas tudo decidirão, pacificamente, sem intervenção do povo, à sua revelia. Persistem em acreditar num impossível governo de "União Nacional", garantido por um Exército que há 40 anos sustenta o fascismo, um Exército cujo nome vem sendo indelévelmente manchado por crimes contra a humanidade comparáveis àqueles que as hordas nazis cometeram há um quarto de século.

A mudança com que sonham não passa de um mito. Mas admitindo que fosse viável, nada resolveria. Ela apenas daria um aval aparentemente democrático às estruturas anti-democráticas da sociedade portuguesa. O esqueleto do regime ficaria intacto.

IV. Pelo levantamento nacional, pela liquidação do fascismo e do colonialismo!

Como muito bem afirmam os Professores Ruy Luís Gomes e José Morgado não se trata hoje de apontar erros, mas sim de denunciar crimes. O diálogo com os civis e militares fascistas, sejam eles quais forem, só serve hoje o adversário.

Convictos de que interpretamos correctamente o pensamento da imensa maioria dos democratas portugueses do Brasil, os signatários, lamentam a insistência com que certos grupos e personalidades do Interior se apegam a ilusões legalistas e proclamam a sua solidariedade com as forças políticas que vêm desenvolvendo esforços ingentes no sentido de reforçar e ampliar a unidade no campo democrático, apontando a insurreição como única saída possível para o derrubamento do fascismo.

Só o LEVANTAMENTO NACIONAL pode levar o povo português à conquista dos objectivos nacionais pelos quais se bate heróicamente. E o LEVANTAMENTO é uma tarefa demasiado gigantesca para que possa ser levada a cabo sem o concurso de todas as forças democráticas emergentes na Nação. Urge por isso reunir os representantes das várias correntes, partidos, e grupos, em torno de uma mesa de conferências para o diálogo — esse, sim, profícuo — em que cada um assumia plena responsabilidade, definindo-se perante todos os demais ante o problema número um: a via para o derrubamento do fascismo.

Ao endereçar este apêlo a todos os democratas portugueses, acreditam os signatários que de uma Conferência Magna da

Oposição resultaria o esclarecimento de certas posições confusas ou pouco claras, com grandes benefícios para o povo, e sairia também inevitavelmente ampliada e fortalecida a coligação de forças anti-fascistas que vem mobilizando a consciência nacional no sentido da insurreição. Como contribuição para esse debate, cada vez mais necessário no seio da Oposição, pronunciam-se os signatários:

Pelo Levantamento Nacional, Pela Destruição do Estado Fascista,

Pela Liquidação do Poder dos Monopólios, Pelo Encerramento das Bases Estrangeiras,

Pelo Fim da Guerra Colonial e pelo Reconhecimento do Direito à imediata Independência dos Povos de Angola, da Guiné-Bissau, de Moçambique e das demais colónias!

São Paulo, BRASIL, Agosto de 1967.

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA:

Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Helder Costa, publicitário; José Mário Bodas, operário; Manuel Rodrigues da Silva, representante comercial; João Apolinário, poeta; Alexandre de Jesus, desenhista; Mário Henrique Leiria, poeta; Abílio Rodrigues da Silva, livreiro; Vitor Ramos, professor universitário; Manuel Moura, técnico industrial; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Carlos Assumpção Neves, industrial; Alexandre Pereira, empregado no comércio; Joaquim José, vendedor; Augusto Aragão, auditor; Joaquim Quinteiro, contabilista; Manuel Rocheta, guarda-livros; Alfredo Masson, agente-técnico; Jorge Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante; Maria Sofia César, estudante; Maria Archer, escritora; Fernando Ramos, técnico industrial; Julio Pereira, vendedor; Mário Tavares, tecelão; Humberto Silva, operário; José Martins, industrial; Stélio Passos, comerciante; Almendro Porfírio, comerciante; Luís António Parda, estudante; Maria Irolinda Jesus Roque, doméstica; Francisco dos Santos Gomes, comerciante; Augusto Vasconcelos, estudante; Maria da Conceição Quinteiro, estudante.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO DE JANEIRO: Francisco de Oliveira Pio, oficial do Exército; Francisco Vidal, jornalista e engenheiro; Eugénio Mercês, comerciante; José da Costa Bastos, operário; Jaime Sabino, empregado de escritório; Manuel Lourenço Neto, industrial; Amílcar Mercês, comerciante; Manuel Pedroso Marques, oficial do Exército.

O FIM DE SALAZAR E A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

A Junta Revolucionária Portuguesa da FPLN editou recentemente um trabalho de Manuel Sertório, um dos seus membros e nosso antigo companheiro de Redacção. Esse estudo intitula-se "O Fim de Salazar e a Revolução em Portugal" e já foi divulgado no Brasil pelo jornal "Semana Portuguesa de Santos".

Na contra-capa esclarece a JRP que se propõe editar estudos e depoimentos políticos sobre a vida e a luta do povo português, por considerar que uma tal iniciativa favorece o desenvolvimento de um diálogo livre e aberto, entre todos os portugueses que se opõem à ditadura fascista.

a economia nacional pelos grupos monopolistas é no Continente, a exemplo do que acontece nas colónias, uma evidência revoltante. O chamado Plano Intercalar de Fomento veio confirmar publicamente que o governo não passa de um instrumento servil dos monopólios, os quais sacrificam os interesses populares e a própria independência da Nação. As pequenas e médias empresas receberam sentença de morte com o Plano, autêntica carta de desenvolvimento monopolista. O sector agrícola não foi menos atingido do que o industrial. O plano de reconversão agrícola, além de liquidar os pequenos produtores, criou as condições ideais para submeter a agricultura ao imperialismo estrangeiro, representado pelos monopólios nacionais seus associados. Os alemães pensam transformar o Alentejo no celeiro e na horta da República Federal; os americanos estão também interessados em entrar como sócios na negociação. Por incrível que pareça, num país que anda descalço e passa fome, elaboram-se planos para exportar sapatos e alimentos.

Minas, transportes, comunicações, estaleiros, petróleo, energia, cimento, siderurgia, adubos, pneus, papel, tabaco, lacticínios, cortiça, vidro, as indústrias químico-farmacêutica e hoteleira, tudo, absolutamente tudo, é controlado pelo imperialismo, sólidamente instalado, no Continente e nos Açores, em bases como as de Beja, Montijo e Lajes, donde militares arrogantes podem vigiar um Portugal que se converte cada dia mais no seu quintal.

Essa política de traição, com a entrega das riquezas nacionais ao imperialismo, gera uma concentração monopolista que se traduz na prática por uma situação desastrosa para os trabalhadores portugueses. O poder aquisitivo dos salários vem deteriorando aceleradamente, sendo os aumentos obtidos com as lutas reivindicativas rapidamente absorvidos pela alta do custo de vida. O governo fala em "inflação de custos" aludindo indirectamente à invasão desordenada do capital estrangeiro, mas o facto é que todo o peso das aventuras e traições do fascismo recaí sobre as mas-

sas trabalhadoras. Os impostos decorrentes do agravamento da guerra colonial são outro desastre para a economia familiar do proletariado e dos camponeses. Não admira assim que Portugal seja hoje o país da Europa com mais baixo consumo per capita de carne, leite, ovos e manteiga. É outro record negativo a somar-se ao alcançado no terreno da Cultura, onde somos a Nação com maior percentagem de analfabetos e a mais baixa de Universidades, liceus e escolas técnicas e primárias. Tudo isso sustentado por um aparelho policial concebido e montado nos moldes da Gestapo. A intensificação da repressão é a consequência directa e inevitável da desagregação do regime. PIDE, Polícia de Segurança Pública, Guarda Republicana, são os vértices do triângulo do terror. Os julgamentos e as condenações sucedem-se nos chamados "plenários", os presídios fascistas continuam atulhados de democratas, os campos de concentração das colónias foram reabertos para receberem os patriotas africanos, e as "medidas de segurança", apesar de condenadas pela consciência universal, continuam a permitir à PIDE conservar em seu poder dezenas de presos que cumpriram já as suas penas.

É nesta atmosfera de terror, de fome, de alienação das riquezas pátrias, de exploração do homem, que Portugal se vai esvaziando da sua força produtiva essencial: a juventude. De onze milhões de portugueses hoje existentes no Mundo, dois vivem fóra de Portugal. Quer dizer, quase um entre cada cinco portugueses teve de escolher o caminho amargo da expatriação, tângido pela miséria e por uma intolerável opressão. Não há em todo o planeta uma nação que tenha sofrido sangria igual, tão dramática, tão dolorosamente humilhante.

Eis uma síntese da herança de 40 anos de fascismo: dois milhões de portugueses emigrados, 110.000 soldados envolvidos em três guerras coloniais; uma economia arruinada; as riquezas pátrias nas mãos dos monopólios internacionais; uma rede de bases militares estrangeiras cobrindo o território nacional; quase 50% de analfabetos; inexistência de todas as liber-

Pela amnistia e contra a repressão

APÊLO AO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS

A luta pela Amnistia e contra a repressão em Portugal é uma das principais frentes de combate ao fascismo. É no exercício desta acção, ao mesmo tempo humanitária e política, que se realiza a unidade mais ampla, na qual participam homens e mulheres de todas as tendências, de todas as condições sociais, de todos os credos religiosos. Exemplo recente da amplitude da unidade de acção na luta contra a desumana e "ilegal" repressão que a ditadura move aos democratas portugueses, é o documento que abaixo transcrevemos, assinado por 415 pessoas e entregue por uma comissão de familiares dos presos políticos ao Bastonário da Ordem dos Advogados. Eis o texto do documento:

Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados:

"Somos parentes e amigos de centenas de portugueses que estão presos exclusivamente por motivos de ordem política e nos quais se encontram homens e mulheres das mais diversas profissões e camadas sociais.

Entre os que subscrevem este documento encontram-se mães e esposas, filhos e irmãos desses homens e mulheres que muito amam. Para muitos de nós esses entes queridos eram o único amparo e na libertação deles reside a esperança de uma vida com menos privações.

Não é fácil, nem tão pouco pretendemos descrever os variados tipos de sofrimento que sobre nós recaíram em consequência da prisão desses nossos familiares. Bastam referir que não são poucas as crianças que nasceram ou cresceram numa semi-órfandade, sem quase ou sem mesmo nunca terem sentido o amparo, a educação ou o amor inigualável de suas mães ou de seus pais.

Poderá compreender-se mais facilmente o significado de tais sofrimentos se se disser, por exemplo, que entre os presos políticos que na Cadeia de Peniche cumprem condenações, 31 deles passaram, em conjunto, já 300 anos de prisão! Nessa mesma cadeia podem ainda contar-se 31 presos que contaram, também em conjunto, quando tiveram cumprido as penas a que estão condenados até agora, 476 anos de prisão! E dentro destes, 11 contarão 220 anos de cadeia!

Além da longa extensão das condenações, acresce que as condições prisionais a que estão sujeitos são muito duras, sendo, em muitos aspectos, mais duras do que aquelas a que estão submetidos os presos de delito comum.

Pelas afirmações públicas do Senhor Ministro da Justiça contidas nos jornais de 25 de julho, parece que o autor do ante-projecto do novo Código Penal prevê a supressão das medidas de segurança (salvo para criminosos inimputáveis), e a sua substituição por penas de prisão indeterminada, o encurtamento das penas de prisão e a concessão obrigatória de liberdade condicional cumprida certa fração da pena. Mas o facto do Senhor Ministro ter também afirmado nessa ocasião que o problema das "medidas de segurança" tem aspectos muito particulares no que toca aos chamados "crimes contra a segurança do Estado", e o ter

acrescentado que "a tese perfilhada no ante-projecto será discutível", deixa-nos apreensivos, pois não exclui ser intenção do Governo manter as medidas de segurança no que toca aos presos políticos, ou então substituí-las por penas de prisão indeterminada, o que poderá representar a subsistência da realidade presente sob um rótulo diverso.

É Portugal, pelo menos na Europa, o único país onde as medidas de segurança se aplicam aos presos políticos e não são poucos os juristas portugueses que muito desassombadamente se têm insurgido contra tal aberração jurídica, enérgicamente condenada pela opinião pública nacional e internacional.

A sua existência significa nunca se saber quando se é libertado, pois são raros os presos políticos que não estão sujeitos às medidas de segurança e estas podem ser prorrogadas. É assim que 40 a 50% dos presos de Peniche e uma parte das mulheres presas na Cadeia de Caxias, continuam encarcerados unicamente por estarem acorrentados às medidas de segurança, pois já cumpriram as penas a que foram condenados. Sucede mesmo que para muitos presos o período de prisão de medidas de segurança foi mais longe que a pena a que foram condenados. São bem raros os que foram libertados sem terem cumprido integralmente os habituais 3 anos de condenação adicional e outros houve que, após esses 3 anos viram essas mesmas medidas prorrogadas por mais 3 anos. E deve ainda acrescentar-se que já não são poucos os que após terem cumprido as condenações e as adicionais medidas, só foram libertados depois de depositarem fianças de dezenas de milhares de escudos.

Os familiares dos presos políticos e muitos e muitos outros portugueses e com eles muitos milhares de cidadãos de outros países, desde há muito que vêm pugnando por uma amnistia que liberte e reconduza aos seus lares todos os presos políticos. Já decorreram mais de 2 décadas desde que em 1945 foi decretado um indulto de carácter relativamente amplo, pois os indultos ou amnistias que se seguiram foram de resultados insignificantes. Este legítimo anseio ainda não foi conseguido, mas numa altura em que se analisa e discute um novo Código Penal, parece-nos oportuno dirigirmo-nos à Ordem dos Advogados e em especial a V. Ex. Sr. Bastonário, no intuito de, por vosso intermédio, fazer chegar ao Senhor Ministro da Justiça e ao Governo esta nossa exposição no sentido de:

- que sejam abolidas as medidas de segurança para os presos políticos, determinando-se no novo Código Penal presentemente em estudo, que aos delinquentes políticos só possam ser aplicadas penas de duração determinada, tal como acontece em todos os países europeus;
- que sejam imediatamente libertados todos os presos políticos que continuam presos por estarem sujeitos às medidas de segurança;
- que a todos os presos políticos passe a ser concedida liberdade condicional, antes do fim do cumprimento da pena e que desde já beneficiem da liberdade condicional, ao abrigo do art. 120 do actual Código Penal, to-

dos os presos políticos que cumpriram metade da pena a que foram condenados — que sejam reduzidas as longas penas aplicadas aos presos políticos que se encontram a cumprir condenações e que idênticas reduções se façam aos que vierem a ser julgados pelo Código ainda em vigor.

Para vós, Sr. Bastonário, e por vosso intermédio para a Ordem a que presidis e para todos os juristas, apelamos no sentido de apoiarem esta nossa causa que não é somente nossa mas também de todas as pessoas de sentimentos humanos. Para vós apelamos clamando justiça e estamos esperançados de que ouvireis o nosso apelo e que pugnareis para que justiça seja feita."

LIBERDADE PARA VARELA GOMES!

Por força do chamado Decreto da Amnistia, de 13 de Maio p. p., a pena em que foi condenado o capitão VARELA GOMES ficará cumprida no dia 2 de Janeiro de 1968. Como aquele grande patriota não foram aplicadas "medidas de segurança" o governo fascista não terá pretexto jurídico para o conservar preso. De qualquer modo,



sabe-se já que a PIDE vem manobrando no sentido de evitar o observância das próprias leis fascistas. Precisamente por isso vai tomando forma em Portugal e no Exterior uma campanha para exigir a libertação imediata de VARELA GOMES na data prevista. Mantenhamos vigilantes, não permitamos que o corajoso patriota, permaneça preso uma só hora após expirar o tempo da pena!

Brevemente:

"A QUESTÃO AGRÁRIA EM PORTUGAL"

O estudo mais completo e profundo sobre o problema agrário em Portugal.

Endereçar desde já os pedidos à nossa Redacção.

PEQUENAS NOTÍCIAS

- Importantes monopólios com interesses no Norte de Moçambique vêm exigindo "mais acção" do governo português, pois as suas actividades económicas no Niassa estão praticamente paralizadas pelo domínio da FRELIMO sobre amplas áreas.
- Na provincia de Cabo Delgado a situação é considerada pelo estado maior português tão grave como no Niassa.
- No Regimento de Infantaria 3, em Beja, lavra grande descontentamento entre os soldados. O aparecimento de peixe pôdre no rancho é frequente.
- Um grupo de paraquedistas enviou uma carta à Radio Voz da Liberdade de Argel, informando-a da sua disposição de lutar por "um Portugal livre e democrático".
- O almirante norte-americano Ruthven Libby declarou, numa entrevista a um jornal sul-americano, que os Estados Unidos têm todo o interesse em apoiar a política portuguesa em África, comparando as guerras coloniais de Salazar com a intervenção do seu país no Vietnam.
- O embaixador dos Estados Unidos em Portugal, William Bennet Junior visitou Angola em julho, acompanhado do adido militar. Nas declarações feitas à imprensa, no regresso, manifestou a sua admiração pela política colonialista de Salazar.
- O governo português está interessado em adquirir aviões suecos "Vipán" para os utilizar na guerra colonial por considerar que as suas características se adaptam bem às "operações de pacificação".
- No dia 1.º de maio os trabalhadores do porto de Lisboa enviaram uma mensagem aos seus colegas africanos, solidarizando-se com a luta que travam pela liberdade e independência de seus países.
- O V Congresso da União Tcheco-Eslovaca da Juventude, reunido em Praga aprovou uma resolução hipotecando irrestrita solidariedade à luta que os povos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau travam pela sua independência. Foi também aprovada uma moção de apoio à luta da juventude portuguesa contra o fascismo.
- Na Conferência Mundial sobre o Vietnam, realizada em Estocolmo em julho passado, participaram uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional e outra do Movimento da Paz Portuguesa.
- A PIDE realizou em abril um verdadeiro recorde de "rusgas". Só no dia 14 foram inspeccionados 43.847 veículos, numa acção policial que mobilizou 340 agentes.
- Em Pegões, um rancho de trabalhadores impôs vitoriosamente um novo tipo de reivindicação: o pagamento no local do trabalho e não na sede das herdades, muitas vezes distante.
- Em vastas regiões do Alentejo, a cultura do tomate para exportação está substituindo a do trigo e do arroz, alimentos básicos do povo.
- Na Empresa Luso-Belga, os operários que permanecerem mais de 10 minutos — o tempo é controlado por meio de uma senha — nas retretes ficam sujeitos a pesadas multas.
- O novo tesoureiro da secção sindical dos corticeiros de Almada é um tal LEONEL PEREIRA COLAÇO, indicado para o cargo pelo chefe da PIDE em Setúbal.
- Na firma Gameiro & Irmãos estão despedindo operários, substituindo-os por raparigas de 12 a 13 anos, que devem executar o mesmo trabalho mas recebem um salário irrisório.
- Na Fábrica União de Conservas do Algarve as operárias estão trabalhando 11 horas por dia, mas as horas extraordinárias são-lhes pagas como se fossem normais.
- Os corticeiros do Montijo alcançaram uma vitória: as empresas passaram a pagar os feriadões.
- No Barreiro reina grande revolta entre os ferroviários que regressaram da guerra colonial, pois querem obrigá-los a descontar para a Previdência as taxas relativas ao tempo em que permaneceram nas fileiras.
- Um poderoso grupo sueco adquiriu em Rio Maior dez hectares para construção de um complexo industrial abrangendo cinco fábricas.
- Em 1963 a taxa de mortalidade infantil na Suécia foi de 15 por 1.000; em Portugal, no mesmo ano atingiu 72,5 por 1.000.
- Em Espanha lavra grande indignação popular pelo facto de uma lancha da Marinha de Guerra portuguesa haver bombardeado um pesqueiro espanhol que se achava em águas territoriais portuguesas, matando o capitão do pequeno barco.
- Segundo o Anuário Estatístico da ONU para 1965, a produção per capita de electricidade em Portugal é inferior em 50% à da Espanha, aliás das menores da Europa.
- Portugal figura em último lugar na Europa quanto ao numero de calorías diárias consumidas por habitante: 2.670 contra 2.850 na Espanha e 2.935 na Grécia (1964).
- O consumo anual de papel por habitante, é também o mais baixo no nosso País: 2,7 kg em 1966 contra 3,1 em Espanha e 3,6 na Grécia. Em 1961 o consumo era de 2,8 kg e o da Espanha de 2,5 kg.
- Na Republica da Africa do Sul há presentemente 70.000 emigrantes portugueses (brancos). Constituem uma comunidade intermédia, quase segregada, e quase tão pobre como a negra. A maioria vive nos bairros que cercam Joanesburgo.

JUNTA PATRIÓTICA DE CARACAS

A Junta Patriótica Portuguesa de Caracas promoveu por ocasião da prisão do escritor Luis de Sotta Monteiro — que já se encontra em liberdade — uma campanha de solidariedade aquele intelectual. A iniciativa alcançou extraordinária repercussão na Venezuela, atingindo todas as classes sociais. Entre as personalidades que subscreveram na altura o apelo a favor da imediata libertação de Sotta Monteiro figuraram o ex-presidente da Republica, Romulo Gallegos; o reitor da Universidade Central da Venezuela, Jesus Maria Blanco; e o Governador do Estado de Apure, Ricardo Montilla.



COLONIALISMO E LUTAS POPULARES

MOÇAMBIQUE

Nos últimos três meses a situação na Província do Niassa não cessou de se agravar para as forças colonialistas. O êxodo de colonos, principalmente nas zonas mais afastadas dos centros urbanos, prossegue, apesar de todos os apelos das autoridades para que permaneçam onde estão.

As forças da FRELIMO multiplicam as emboscadas e os ataques, procurando cortar as linhas de comunicação, forçando as tropas portuguesas a ficar praticamente imobilizadas nas bases militares. Muitas destas, isoladas, só podem ser abastecidas pela aviação.

POVOAÇÕES BOMBARDEADAS

O estado maior português, num esforço inútil para evitar

a desmoralização das tropas isoladas no mato, e para persuadir a minoria branca de que a "pacificação" é uma questão de tempo, intensificou ultimamente a guerra aérea. Os bombardeamentos são constantes e aldeias inteiras são arrasadas, sendo impressionante o total de vítimas, principalmente velhos, mulheres e crianças. Eis uma lista de aldeias bombardeadas: MANGOLOWE, NCALAPA, NAICULA, N'ENGA, MATACA, CHITOLLO, MARRUPA, MALITA e NANE. O bombardeamento de MATACA foi realizado com requintes de barbárie. Durante quatro dias sucessivos quatro aviões despejaram bombas sobre a pequena povoação — onde não havia o menor objectivo de carácter militar — apenas pelo facto de os habitantes serem solidários com a luta da FRELIMO. O total de bombas lançado foi de 160!

A MARCHA DAS OPERAÇÕES

Apresentamos, a seguir, um resumo dos últimos combates travados, elaborado com informações dos nossos correspondentes em Dar-Es-Salaam e Lusaka e com notícias contidas nos comunicados da FRELIMO:

Em nove emboscadas nas estradas de Litunde, Antonio Mau, Luvila, Lissau, Antonio-Revia, os guerrilheiros destruíram nove viaturas militares. As baixas portuguesas são avaliadas em 26 mortos e 20 feridos.

Na região de Antonio-Mau, um grupo de sabotadores minou a estrada ao ter notícia de que a mesma ia ser reparada pelo Exército. Dias depois um caminhão explodiu, tendo morrido seis soldados. As obras foram logo abandonadas.

O ASSASSINIO DE ALEX

(Continuação da pág. 2)

parte do movimento democrático português. E o movimento operário tem em Portugal uma tradição que vem de um jornal precursor "O ECO DOS OPERÁRIOS" e de uma organização que já era — em meados do século XIX — um baluarte das classes laboriosas: "A Fraternidade Operária". Tem uma tradição de internacionalismo com a intervenção de José Fontana e de Lafargue; uma tradição de presença intelectual com o breve entusiasmo de Antero de Quental. As lutas dos trabalhadores são linhas de combate do povo para uma vida melhor, mais livre e mais digna. Alfredo Dinis, militante da classe operária, organizador e dirigente do movimento operário, era um homem político consciente, sério, modesto, mas perfeitamente seguro de si. Organizando a classe operária, combatia pela liberdade, pela Democracia. Sabia que esse era o único caminho nas condições portuguesas e europeias da guerra antihitleriana. Para ele, os operários, os camponeses, os intelectuais, todos os homens, eram material de construção. No presente ia construindo o futuro. Aglutinando vontades, mobilizando energias, unindo, organizando, sempre entusiasta, sempre confiante, incansável. Na luta aliava os operários e os camponeses no mesmo combate anti-fascista. Vivendo na mais dura clandestinidade, ele multiplicava-se, arrancando de si

novas energias, contagiando os outros com as suas certezas, a todos impondo a sua orientação de revolucionário.

Ao recordarmos o militante operário, ao evocarmos o antifascista assassinado na manhã distante de 4 de Julho de 1945, não queremos só dizer os assassinos que consideramos o esquecimento do crime como uma forma de cumplicidade. O crime não está esquecido. Esta morte será vingada. Esta e todas. Porque de Alfredo da Assunção Dinis a Humberto Delgado a repetição caracteriza e ilustra um método de exercer o poder.

Nem culto dos mortos, nem culto das personalidades, deverá o leitor ver nestas palavras comovidas. Lembramos com natural emoção um amigo. Recordamos um militante e um homem. Não há muitos homens como Alfredo da Assunção Dinis. Não nascem todos os dias militantes com o seu ardor, combatentes da sua ténpera. Escrevemos estas palavras como quem pratica um acto de fé. Há que continuar a acção do militante operário assassinado. Sabemos que o povo português já deu ao nosso combate por um Portugal livre e democrático, militantes revolucionários como Alfredo da Assunção Dinis. Queremos que estas palavras de saudade sejam entendidas como uma afirmação de confiança na classe operária e no povo.

4.º — Exigir dos dirigentes sindicais uma verdadeira defesa dos interesses da classe; 5.º — Exigir igualmente da companhia, uma assistência médica e medicamentosa idêntica aquela que é concedida aos associados das outras Caixas de Previdência; 6.º — Exigir a anulação da lei que permite o pagamento das horas extraordinárias a preço simples — VERDADEIRO ABUSO cometido por quem se esqueceu de quem trabalha.

1.º — Trabalhar no sentido da unificação da classe Ferroviária; 2.º — Levar ao conhecimento de todas as entidades responsáveis as reivindicações da classe ferroviária; 3.º — Exigir dos actuais dirigentes da Companhia o integral cumprimento de algumas disposições do Contracto Coletivo de Trabalho, enquanto o mesmo não for substituído, conforme é desejo da classe dos ferroviários;

"A classe ferroviária tem sido até agora protagonista de uma luta inglória porque erradamente interpretada. Numa época em que todos já se encontram conscientes da máxima "A união faz a força", a nossa classe, nas suas poucas tentativas de luta, tem-no feito através de elementos isolados. Esse isolacionismo tem tornado absolutamente ineficazes as boas vontades que aparecem. Surge pois a luta colectiva como a única capaz de dar resultados palpáveis. E se algumas divergências existem no seio da classe, há uma razão mais forte que nos une: "todos somos igualmente explorados". E comumente, todas as nossas famílias sofrem as agruras de um aumento de custo de vida que dia a dia vai atingindo proporções assustadoras. A exploração é comum e só uma luta comum nos pode aliviar dela. Essa necessidade de luta levou-nos a integrar-nos numa "Campanha para uma verdadeira União Ferroviária". A Comissão Central da "Campanha de União Ferroviária", criada no mês de Outubro de 1966, deliberou na sua primeira sessão, o seguinte:

7.º — Exigir dos dirigentes sindicais uma verdadeira defesa dos interesses da classe; 8.º — Exigir igualmente da companhia, uma assistência médica e medicamentosa idêntica aquela que é concedida aos associados das outras Caixas de Previdência; 9.º — Exigir a anulação da lei que permite o pagamento das horas extraordinárias a preço simples — VERDADEIRO ABUSO cometido por quem se esqueceu de quem trabalha.

CARRIS DE LISBOA — A luta no seio da Carris prossegue, sem que o pessoal, apesar das ameaças patronais de toda a espécie fraqueje na sua determinação de levar à frente as suas justas reivindicações. Cabe recordar que o Acordo colectivo em vigor tem uma cláusula segundo a qual a empresa se obriga a aumentar os vencimentos dos funcionários sempre que se verifique qualquer elevação de tarifas. Ora, tendo as tarifas aumentado os trabalhadores exigem o correspondente reajustamento salarial. Entretanto, os administradores ingleses da Companhia — que ganham 160.000 escudos por mês (cerca de 5.500 dólares) negam-se a autorizar o aumento de 10 escudos diários, com o argumento inaceitável de que a elevação das taxas foi muito pequena. O pessoal optou pelo caminho da luta. As concentrações seguem-se umas às outras, em ritmo contínuo.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Muriel, 712

LONDRINA: JUNO Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira — rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Ostreumt Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Post.vni Urad/Jindřaská UL C.14 Šelánka 845 — Praha 1
Tchecoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democráticos — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,20
Assinatura anual NCr\$ 3,30

ANO XI - N.º 121, - SETEMBRO/1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

A Resistência Estudantil

Lisboa, Agosto (do nosso correspondente) — Primeira Reunião de Estudos da Associação dos Estudantes do Porto. Realizou-se nos dias 21, 22 e 24 de Abril, a 1.ª Reunião de Estudos Associativos dos Estudantes do Porto, em sala cedida pela Ordem dos Engenheiros. (No dia 23 os trabalhos foram interrompidos para que os participantes pudessem assistir à representação da peça Pássaro Rosa que o Teatro dos Estudantes do Instituto Industrial do Porto levou à cena no cine-teatro S. João). O número de inscrições prévias foi da ordem da centena e meia e a participação estudantil em cada uma das sessões foi em média de 80 estudantes, na sua larga maioria novos colaboradores das Associações. A Assembleia funcionou em sessões plenárias, sendo feita uma intervenção introdutória em cada ponto versado. As comunicações foram orais, não tendo sido apresentadas teses escritas. Sobre muitos temas houve larga participação no debate. Foi conseguida larga unidade de pontos de vista em relação aos temas debatidos, e assistiu-se a um amplo debate realizado em torno dos novos aspectos da política do Ministério da Educação Nacional. Dadas as circunstâncias em que foi realizada, a Reunião de Estudos Associativos é unanimemente considerada uma vitória do Movimento Associativo do Porto e um bom ponto de partida para o reatamento do trabalho associativo no próximo ano lectivo. Foi aprovada uma mensagem de solidariedade aos estudantes presos e exigida a reforma do ensino médico, em preparação. No início do corrente ano lectivo o Ministério da Educação Nacional distribuiu a todos os professores da Faculdade de Medicina do Porto um inquérito levando apenas os Princípios Gerais da futura reforma do ensino médico, documento este elaborado por aquele Ministério. Ora o Conselho Escolar de Medicina do Porto, vem estudando nos últimos tempos este problema, tendo mesmo já ventilado o assunto no Senado Universitário. Agora, em ligação com esta iniciativa do Ministério da Educação Nacional, o mesmo Conselho Escolar fez saber que exigia mais do que

uma simples consulta, ou seja, a sua participação directa na elaboração da projectada reforma e ainda a administração do Hospital Escolar de S. João pela Faculdade. Sobre esta última questão é de salientar que o actual provedor não possui a necessária qualificação profissional e que a situação do Hospital nos planos da administração, orçamento, higiene, lotação, condições de ensino, etc., é unanimemente considerada muito grave.

Limitações à actividade associativa no Instituto Industrial. — Em Janeiro último, sob pretexto da inclusão de uma entrevista com o actor Rogério Paulo, foi impedida a distribuição do n.º 2 do ELO, órgão da Comissão de Sebentas, pelo director do Instituto Industrial do Porto. Posteriormente os protestos dos estudantes levaram o director a fazer uma proposta que está bem de acordo com o espírito que informa a actual política circumscolar do Ministério da Educação Nacional, muito particularmente naqueles estabelecimentos de ensino que caem sob a alçada da recente "reforma da Mocidade Portuguesa" — o boletim poderia ser publicado desde que censurado previamente por um professor. Os estudantes aceitaram a proposta como única saída possível, pensando que fosse possível o diálogo e se pudesse chegar a um acordo que não compromettesse nem o conteúdo do Boletim nem os princípios básicos das Associações. Mas não era em diálogo, mas em Censura que as autoridades pensavam. O prof. Paulo Pombo antes de toda e qualquer discussão censurou pura e simplesmente a poesia de um estudante do Instituto, sob o pretexto de que era "pornográfica", fechando assim, ao que parece, as portas de qualquer acordo. Recentemente, o Conselho Escolar do Instituto Industrial do Porto reuniu, ao que parece, extraordinariamente, Razão fundamental: uma entrevista concedida por uma delegação do Teatro dos Estudantes do Instituto Industrial do Porto ao órgão da Associação Desportiva do Instituto Industrial de Lisboa e a Crónica do Instituto Industrial do Porto, ambas publicadas no n.º 13 de Engrenagem.

Nuremberg para António O. Salazar

As organizações democráticas portuguesas do Brasil enviaram no mês findo uma carta ao eminente filósofo e pacifista inglês Lord Bertrand Russell pedindo-lhe que, na qualidade de presidente do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, considere a possibilidade de submeter o ditador Salazar a julgamento, como criminoso de guerra, por aquela Côte. O documento, que tem como primeiro signatário o Prof. Ruy Luís Gomes, é do seguinte teor:

LORD BERTRAND RUSSELL, Presidente do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra 394 Shavers Place, Haymarket London, S.W.1.

Vêm os signatários acompanhando os trabalhos do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra com a maior atenção, solidários com os seus elevados objectivos humanitários e certos de que a correcção dos seus procedimentos e a autoridade moral e intelectual dos seus membros constituem uma garantia de que os responsáveis pelas monstruosas acções de genocídio em curso no Vietnam e por todos os crimes contra a humanidade ali praticados serão condenados por essa Côte única e por ela apontados à repulsa da consciência universal.

Tanto nas reuniões preparatórias realizadas em Londres como na primeira audiência de Estocolmo, ficou claro que o Tribunal não visa especificamente incriminar este ou aquele país ou personalidade, mas sim julgar com a máxima isenção os responsáveis, sejam eles quais forem, pelos inomináveis crimes que vêm sendo cometidos contra a humanidade, no Vietnam ou alhures. Precisamente por isso, interpretando os sentimentos dos democratas portugueses do Brasil — país onde vive mais de um milhão de emigrantes portugueses — e de acôrdo com numerosos apêlos recebidos de Portugal, onde a ditadura impede a manifestação do pensamento, temos a honra de solicitar ao Tribunal a que V. Exa. preside se digne incluir entre os nomes daqueles a quem é imputada a responsabilidade por crimes de guerra já cometidos e em curso o de ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR, chefe da ditadura fascista portuguesa.

O apuramento por esse Tribunal de fatos ocorridos em Angola, na Guiné-Bissau e Moçambique, onde se desenvolveram guerras coloniais, já denunciadas no ONU como acções de genocídio, provará de modo infismável que Salazar se acha incurso em quatro dos cinco pontos enunciados em Londres a 13 de Novembro de 1966 e que resumem os crimes cuja prática explica a Constituição dessa alta Côte. Concretamente, o ditador português é responsável: a) pelo prosseguimento de uma política de genocídio, expressa na destruição sistemática de aldeias inteiras, em assassinios em massa e na existência de campos de concentração e campos de trabalho forçado; b) pela tortura e mutilação de prisioneiros; c) pelo êxodo de cerca de um milhão de angolanos, guineenses e moçambicanos forçados a deixar as suas aldeias refugiando-se nos dois

Congos, em Zambia, Malawi, Tanzania, Senegal e Guiné para fugirem a uma política de terra arrasada; d) pelo uso permanente de armas condenadas pela Convenção de Genebra, como por exemplo o napalm. Apenas o crime de agressão, com violação de tratados internacionais, apreciado por esse Tribunal em relação ao Vietnam, não pode ser imputado a ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR, mas isso apenas pela circunstância de Angola Moçambique e Guiné-Bissau viverem sob regime colonial, dado que Salazar se nega a cumprir as Resoluções do Conselho de Segurança de 31-7-63 e 12-12-65 que pediram para aquelas nações o direito à autodeterminação.

Na hipótese desse Tribunal atender o nosso pedido, permitimo-nos lembrar a V. Exa., para o efeito da recolha de provas, que oficiais do Exército Português que desertaram por se negarem a participar de acções criminosas, como o major José Ervedosa, o alferes Mário Moutinho de Pádua e o alferes Manuel Alegre, foram já ouvidos em Argel pelo Comité de Descolonização das Nações Unidas, constituindo os seus depoimentos libelos irresponsáveis contra a política de genocídio de Salazar em África. Uma abundantíssima documentação referente aos crimes a que aludimos poderá ser fornecida ao Tribunal a que V. Exa. preside pela Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional (Alger, 13, Rue Auber), pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (B.P. 298, Conakry), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (Brazzaville, B. P. 2380) e pela Frente de Libertação de Moçambique (Dar Es Salaam, P.O. Box 15274). As organizações democráticas portuguesas do Brasil a que pertencem os signatários possuem também vasta documentação sobre os crimes da guerra colonial e desde já a colocam à inteira disposição do Tribunal. Cabe salientar, a propósito, que na edição de Junho p.p. do Jornal "Portugal Democrático", de São Paulo, Brasil, se denunciaram as últimas monstruosidades, em matéria de crimes de guerra, cometidas em Angola e Moçambique. O general CAR-RASCO massacra com requintes de barbaridade a população de aldeias inteiras; e o alferes ROQUE enterra os prisioneiros vivos com um braço de fôra, forçando depois os soldados a beber o sumo de laranjas que escorre das mãos das vítimas nas contrações da agonia.

Pelos motivos expostos, esperamos os signatários ver atendido o seu pedido: o julgamento de ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR como responsável por crimes de guerra da mesma natureza daqueles que são praticados no Vietnam e foram apreciados por esse Tribunal na histórica sessão de Estocolmo, a qual representou inestimável serviço prestado à causa da Paz e à defesa da dignidade e da liberdade humanas.

Com os protestos da mais elevada consideração, apresentamos a V. Exa. os nossos cumprimentos."

Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, Agosto de 1967
(Seguem-se as assinaturas)

Ultima Hora

Uma Grande Vitória: Aboim Inglês em Liberdade

O povo português acaba de alcançar uma significativa vitória na luta tenaz que trava contra o terror policial: CARLOS ABOIM INGLÊS conquistou a liberdade!

Após uma campanha nacional e internacional que obteve extraordinária repercussão, o governo fascista e a PIDE, alarmados de um lado com o estado de saúde do corajoso patriota e premidos, por outro, pela força imensa da solidariedade mundial recuaram uma vez mais, a exemplo do que aconteceu em casos semelhantes, com Manuel Rodrigues da Silva, José Vitoriano e tantos outros destacados anti-fascistas.

ABOIM INGLÊS cumprira a sua pena em Junho e só por força das famigeradas medidas de segurança, a PIDE se negava a libertá-lo. A onda imensa de abaixo-assinados, cartas, telegramas e protestos de toda a ordem de organizações culturais, estudantis, operárias e sindicais pôde mais que a vontade dos esbirros de Silva Pais. O relatório médico sobre o estado de saúde de ABOIM INGLÊS correu mundo, veio a lume nas colunas de dezenas de jornais em inúmeros países. Mais do que um parecer de cientistas era um libelo irresponsável contra o regime e a sua polícia política. E a libertação de CARLOS ABOIM INGLÊS foi o corolário natural da comovedora campanha!

A SOLIDARIEDADE DA
"INTELLIGENTSIA"
FRANCESA

Embora, com a libertação do destacado democrata o caso esteja encerrado, é oportuno recordar que em França se assistiu a uma autêntica mobilização da "intelligentsia" nacional a seu favor. Nada menos de 48 des figuras mais expressivas das artes, das letras e das ciências subscreveram o telegrama enviado a Américo Tomás, exigindo a imediata libertação de ABOIM INGLÊS e protestando enérgicamente contra as condições deshumanas de detenção. Entre essas personalidades contavam-se PIERRE ABRAHAM, RENE' ALLIO, ROBERT BALLANGER, GEORGE BESSON, PIERRE BIQUARD, JEAN

CASSOU, RENE' CHAR, JACQUES CHATAGNER, JACQUES DIXMIER, JEAN FRAPPIER, PIERRE AMARRA, VLADIMIR JANKELEVITCH, J.P. KAHANA, MICHEL LEI-

RIS, JEAN MERCURE, JEAN MILHAU, JACQUES NANTET, JEAN ROLLIN, LAURENT SCHWARTZ, RENE' TAVERNIER, SIMONE TERY, CLAUDE ROY, etc.

Novas Prisões

LISBOA (Do Correspondente) — Nos meses de Junho e Julho uma nova vaga de repressão se abateu sobre o movimento anti-fascista, atingindo, fortemente, o setor operário.

Em Lisboa, Margem Sul, Alentejo, Algarve e no norte do país, numerosas prisões de operários, camponeses, estudantes e intelectuais foram efetuadas. O êxito desta ofensiva fascista, que visa sobretudo atingir os combatentes clandestinos, foi possível pela traição de alguns elementos infiltrados no seio das organizações anti-fascistas, como é o caso do traidor FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA, operário vidreiro da Marinha Grande.

Entre os detidos em Lisboa, contam-se: GRACIETTE CASANOVA, militante operária, natural do Couço; AIDA PAULA que, como é conhecido, tinha sido presa em 1958 e libertada em 1965; o advogado MARTINS; MARIA EMILIA SOUZA, enfermeira da Maternidade Alfredo Costa e um estudante da Faculdade de Ciências chamado OTERO. Ainda em Lisboa, o bando da PIDE assaltou a casa onde residia um casal de trabalhadores alentejanos, MANUEL, operário corticeiro e MARIA FRANCISCA, ambos de Ermidas, e em resultado da prisão, realizada em condições ainda por esclarecer, a MARIA FRANCISCA morreu.

Na Margem sul, foram presos: em Almada, o operário da LISNAVE, REIZINHO FALCÃO; no Barreiro, o estudante de letras TELMO; no Montijo, o médico, Dr. ROCHA; no Píhal Novo, o ferroviário CARLOS ALBERTO; na Cova da Piedade; MARIO ARAUJO, PARDAL, CARVALHO e VALVERDE.

Em Baleizão (Alentejo) foi presa, de novo, MARIANA JA-

NEIRO, a valente camponesa bárbaramente torturada em 1964 e libertada em 1966.

No Algarve, teriam sido presos vários pescadores e operários e, segundo consta nos meios anti-fascistas, estas prisões teriam sido provocadas pela traição do FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA.

No norte do país, além de numerosas prisões no Porto, de estudantes liceais — alguns dos quais já foram libertados em consequência do movimento de protesto desenvolvido pelas Associações de Estudantes — foram detidos, em S. João da Madeira, os seguintes democratas: ANTONIO LUIS DA SILVA, industrial, CARLOS ALBERTO C. SILVA, sapateiro; e CALADO, industrial. O bufo ao serviço da PIDE, Simão Rodrigues Neto, industrial, é apontado como o responsável destas prisões.

Nos meios anti-fascistas ligados à classe operária, reina particular inquietação quanto à sorte do destacado militante DINIZ MIRANDA, preso em fins de Maio, e cujo paradeiro continua a ser desconhecido. DINIZ MIRANDA é um operário agrícola, que desde a juventude participa activamente da luta dos seus companheiros camponeses do Alentejo. Foi um dos dirigentes mais destacados do MUD Juvenil.

A PIDE, que vota um ódio de morte aos militantes corajosos e honestos como DINIZ MIRANDA, tudo fará para o aniquilar, tal como vem fazendo a GRACIETTE CASANOVA, que, durante 12 dias e 12 noites consecutivas, esteve sob a tortura do sono. Porém, contra a coragem e firmeza revolucionária de DINIZ MIRANDA, AIDA PAULA, MARIANA JANEIRO e tantos outros heróicos combatentes pela Democracia nada poderá. Nem mesmo ajudada pelos traidores e covardes — uma pequena minoria na grande massa de militantes clandestinos que diariamente arriscam a vida na luta contra o fascismo — a PIDE conseguirá, como pretende, destruir e lançar o pânico nas fileiras do movimento operário anti-fascista. A classe operária vencerá o fascismo e não esquecerá os bufos e traidores.

Proibida Homenagem à Memória de Teixeira Gomes

Manuel Teixeira Gomes foi um grande português. Primeiro como embaixador em Londres e, depois, como Presidente, à frente da Nação, soube sempre pelos atos e pelas palavras dignificar a jovem República Portuguesa. O fascismo perseguiu-o no exílio, em vida, e, morto, procurou denegrir-lhe a memória, mas não o conseguiu. Até a sua obra de escritor — uma das maiores da nossa literatura contemporânea — tentou amesquinhar, mas também aí falhou. A recordação do homem, do intelectual e do democrata permanece viva. Precisamente por isso, Portimão sua terra natal mobilizou-

se em julho p.p. para prestar ao grande desaparecido justas homenagens. A comissão organizadora, para imprimir maior altura às comemorações, dirigiu convite a três escritores democráticos, conhecedores profundos da obra de Manuel Teixeira Gomes, sobre a qual publicaram importantes trabalhos ensaísticos: os drs. Norberto Lopes, Urbano Tavares Rodrigues e José Tengarrinha.

Mas as homenagens não se realizaram. O governo proibiu-as! Coisas da política cultural do fascismo, a famosa política do espírito...

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes